

Contranarrativas epistemológicas no campo do design: reflexões do ciclo de estudos colonialcontracolonial

Luiz Lagares Izidio (UFMA/Brasil)
lagaresiz@gmail.com

Raquel Gomes Noronha (UFMA/Brasil)
raquel.noronha@ufma.br

Luiza Gomes Duarte de Farias (UFMA/Brasil)
luiza.duarte@discente.ufma.br

Gabriela Ramos Ferreira (UFMA/Brasil)
gr.ferreira@discente.ufma.br

Contranarrativas epistemológicas no campo do design: reflexões do ciclo de estudos colonialcontracolonial

Resumo: O artigo relata e debate os achados teóricos do ciclo de estudos colonialcontracolonial, organizado pelo Grupo de pesquisa Narrativas em Inovação, Design e Antropologia - NIDA da Universidade Federal do Maranhão. A partir de uma revisão narrativa de literatura, os coordenadores do ciclo apresentam o contexto teórico da cooptação de categorias caras ao campo do design contemporâneo como identidade, decolonial/decolonialidade, democracia, sustentabilidade e América Latina. A partir da perspectiva da colonialidade, o debate gira em torno das formas de dominação e poder empreendidas pelo capitalismo cognitivo, que apreende formas de vida, por meio da criatividade e as transforma no carvão contemporâneo do capitalismo. O design, como campo que atua na construção e imaginação de mundos, precisa ser friccionado para se reinventar como campo que contribui para a regeneração dos mundos. A partir da elaboração de um programa de estudos em 13 sessões, apresentamos como resultados os debates sobre os limites dos conceitos supracitados, em diálogo com os autores e as autoras incluídos no programa, a fim de ampliar os impactos desta ação micropolítica.

Palavras-chave: Colonialcontracolonial, Decolonial, Sustentabilidade, América Latina, Democracia.

Epistemological counter-narratives in the field of design: reflections from the colonialcountercolonial

Abstract: *The paper reports and discusses the theoretical findings of the colonial-countercolonial cycle of studies, organized by Narratives in innovation, design and anthropology research group - NIDA at the Federal University of Maranhão. Based on a narrative literature review, the studies coordinators present the theoretical context of the cooptation of categories that are dear to the field of contemporary design, such as identity, decolonial/decoloniality, democracy, sustainability, and Latin America. From the perspective of coloniality, the debate revolves around the forms of domination and power undertaken by cognitive capitalism, which apprehends forms of life, through creativity, and transforms them into the contemporary charcoal of capitalism. Design, as a field that enacts the construction and imagination of worlds, needs to be stressed to reinvent itself as a field that contributes to the regeneration of worlds. From the elaboration of a study program in 13 sessions, we present, as results, the debates on the limits of the concepts, in dialogue with the authors included in the program, in order to expand the impacts of this micropolitical action..*

Keywords: *Colonialcontracolonial, Decolonial, Sustainability, Latin America, Democracy.*

1. Introdução

Na contemporaneidade, vivemos um novo modo de relação entre o capital e a subjetividade. É o que a comunicóloga brasileira Ivone Bentes (2007) e o cientista político italiano Giuseppe Cocco (2014) consideram por capitalismo cognitivo. Este é um momento em que o conhecimento passou a ser decisivo como afirmação de um novo regime de acumulação. Nele, o trabalho de produção material, mensurável em unidades de produto por unidade de tempo, é substituído pelo trabalho considerado imaterial, ao qual os padrões de medida clássicos não são mais aplicáveis.

O fato é que passamos a consumir cada vez mais formas de vida, guiados por mecanismos e dispositivos de controle, o chamado biopoder, nas palavras de Negri e Hardt (2005), que agem sobre a vida e o seu corpo social. O que gera valor aos produtos consumidos está na vida, por meio da inventividade, criatividade e subjetividade que emergem das vivências e do imaterial por uma produção de conteúdos simbólicos, afetivos e estéticos.

Isso significa que as atividades que geram valor são aquelas cognitivas, comunicativas, linguísticas e afetivas que formam essa “alma” que o capital precisa fazer baixar no chão de fábrica (Cocco, 2014). Portanto, trabalho imaterial é um trabalho vivo com produção concreta de sentido que qualifica o processo e a valorização dos bens. O design se liga a esse fluxo por ser uma atividade criativa cujo objetivo é constituir relações entre as pessoas e os objetos, os processos e os serviços, agindo como um agente facilitador entre aspectos tecnológicos, econômicos, culturais e subjetivos (Izidio, 2021).

Assim, neste contexto que aciona formas de vidas e inteligências como, ao mesmo tempo, meio e produto para a reprodução do capitalismo cognitivo, o design desempenha um papel fundamental como produtor de sentidos e de realidades de segunda mão, como afirma o sociólogo Charles Wright Mills (2010). Neste sentido, como produtor de linguagem, o design contribui sobremaneira para qualificar, de modo discursivo e prático, as formas de viver no capitalismo cognitivo.

Em uma ação de reflexão e crítica a este papel desempenhado pelo design, na contemporaneidade, nós, do NIDA-UFMA - Grupo de pesquisas Narrativas em inovação, design e antropologia e, no âmbito da colaboração do PROCAD-AM¹ com a Escola de Design da UEMG, realizamos um ciclo de estudos que

1 Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia PROCAD-AM edital nº 21/2018 financiado pela CAPES, no projeto intitulado: “Comunidades criativas e saberes locais: design no contexto social e cultural de baixa renda”, proposto pelo PPGDg-UFMA em cooperação com os PPGs em Design da UEMG e UFPR.

abordou uma literatura sobre a constituição do capitalismo cognitivo, suas armadilhas e visões sistêmicas a serem superadas.

Esta visão é corroborada pelo líder quilombola Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo² (Santos, 2019), que afirma que aos povos que não foram colonizados, cabe a contracolonização, já que considera a colonialidade como um processo em andamento e não um fato consumado. Assim, realizou-se entre abril e julho de 2022, em formato híbrido e semanalmente, o ciclo de estudos colonialcontracolonial, com a participação de integrantes do NIDA e visitantes de outros programas de pós-graduação e instituições.

Este artigo tem como objetivo apresentar o debate que surgiu durante o ciclo de leituras, sobre o processo de cooptação epistemológica de conceitos frequentemente associados às soluções emancipadoras e sistêmicas (Solón, 2019) para as mazelas do capitalismo cognitivo. Tais conceitos - identidade, decolonialidade, democracia, sustentabilidade e, finalmente, a própria ideia de América Latina - serão aqui analisados e debatidos, por meio de revisão narrativa de literatura (Rother, 2007) realizada durante o ciclo de estudos, considerando-se os processos de inviabilidade de superação de discursos e práticas colonizadoras, de forma ampla e, especificamente, no campo do design, sem uma argumentação crítica e problematizadora. Para Rother (2007), a revisão narrativa de literatura é um método que aborda um amplo tema de investigação, dispensando critérios mais rigorosos, estabelecendo uma síntese qualitativa na compreensão do estado da arte de determinado assunto, sob um ponto de vista teórico ou contextual.

Esta discussão justifica-se pelo acionamento irrestrito dos citados conceitos, e a sua pouca problematização no campo do design, gerando uma série de remissões discursivas que Foucault (2010) conceitua como uma perda da noção de origem, acarretando um processo que poderíamos comparar ao da brincadeira de telefone sem fio. Assim, a complexidade e diversidade de enfoques que envolvem os cinco conceitos analisados perdem-se pelo uso massivo e indiscriminado dos mesmos. Por exemplo, o acionamento operacional do conceito de sustentabilidade, associado a um conceito completamente contraditório, como o de desenvolvimento.

Outro conceito que merece destaque é o de decolonialidade, que está sendo utilizado, sem a devida problematização, nos últimos cinco anos, no

- 2 Antônio Bispo dos Santos, conhecido como Nêgo Bispo, foi um filósofo, poeta, escritor, professor, líder quilombola e ativista político brasileiro, que se encantou em dezembro de 2023. Sua atuação política nos movimentos de luta pela terra ancorou-se na cosmovisão dos povos contracolonizadores. Sua contracolonialidade foi guia e inspiração para o nome e conteúdo programático do ciclo de estudo.

campo do design. Esse fenômeno é fruto de uma reprodução acelerada do capitalismo cognitivo, que camufla, sob a égide de conceitos fortes e importantes, como os mencionados anteriormente, mas que com a produção acadêmica acelerada pelas cobranças de produtividade, gera uma série de reflexões superficiais que utilizam determinados conceitos, criando discursos que são por si só, antagônicos àquilo a que se referem.

Esse fenômeno também acontece, em grande parte, pela ligação do design com a geração de valor por meio da criatividade, incentivado pelo capital neoliberal, instaurando um processo de institucionalização da criatividade e do uso do design pelo poder público para validar projetos. Nesse sentido, é perceptível a inserção do design e sua relação com a criatividade nas políticas econômicas e urbanas como um recurso fundamental para competir em uma economia global do conhecimento (Harvey, 2012). O conhecimento, por sua vez, aciona categorias que, em princípio, surgem como emancipatórias, como possibilidades de superação do capitalismo cognitivo, mas acabam tornam-se armadilhas discursivas, como vimos argumentando há algum tempo (Noronha, 2018).

Assim, este artigo apresenta o contexto teórico do capitalismo cognitivo e, em seguida, por meio da revisão de literatura acionada no ciclo de estudos colonial**contracol**onial cujo programa será apresentado como ponto de partida para, finalmente, apresentar os debates teóricos, limites e alcances epistemológicos de cada um dos cinco conceitos: identidade, decolonialidade, democracia, sustentabilidade e América Latina, em relação às discussões contemporâneas no campo do design.

2. Contextualizando o ciclo de estudos colonialcontracol**onial**

O ciclo de estudos colonial**contracol**onial foi estruturado a partir da inquietação em relacionar os processos decoloniais do design e uma literatura que desse suporte a esse tipo de pesquisa, de forma crítica e problematizadora. O ciclo de estudos aconteceu de maneira híbrida, de abril a julho de 2022, promovido pelo Grupo de pesquisas Narrativas em inovação, design e antropologia - NIDA, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), contando com a presença de alunos da graduação, pós-graduação e de outras universidades³.

Metodologicamente, os coordenadores do ciclo de estudos, os dois primeiros autores deste artigo, realizaram uma revisão narrativa de literatura,

3 Escola de Design da UEMG, envolvendo o PROCAD-AM; discentes da pós-graduação da UFSC; uma docente e uma doutoranda da Universidade de Lisboa.

buscando em revistas temáticas, anais de eventos, e material bibliográfico emergente nos eventos que debateram o tema, durante a pandemia da COVID-19.

Os textos foram estruturados em cinco blocos que aconteceram em treze sessões semanais de estudos. O primeiro tratava de questões a respeito do Capital, Neoliberalismo e formas de subjetivação da vida e contava com textos de autores como: Nastassja Martin, Peter Pál Pelbart, Ivana Bentes e Suely Rolnik.

O propósito desse primeiro bloco foi situar os participantes a respeito de como os processos de intersubjetivação ligados ao campo se relacionam conosco, pesquisadores, ao ponto de nos tornarmos parte do campo, assim como a antropóloga que visita a sua alter-ação a partir de um “beijo” dado pelo urso (Martin, 2021). Além de buscarmos entender como os processos de cooptação movidos pelo capital neoliberal acontecem em nossas vidas e em nossas pesquisas e conceitos. (Pelbart, 2011; Bentes, 2007; Rolnik, 1997 e 2018).

O segundo bloco foi organizado a partir de textos que trabalhavam as questões que envolviam a democracia e o processo de construção dos poderes coloniais. Foram trabalhados textos de autores como Mignolo, 2014 e Mouffe, 2005.

O terceiro bloco foi estruturado a partir de textos que tratavam de decolonialidade, gênero, pluriverso e da construção de novos mundos e novos imaginários. Contou com textos de autores tais quais Mota Neto, 2016; Rivera Cusicanqui, 2010; Lugones, 2014; Gómez Correal, 2014; Vergès, 2020; Muyolema, 2001; hooks, 2021; Kilomba, 2019 e Santos, 2019.

Já o quarto bloco teve como estrutura de pensamento iniciativas transformadoras que surgem a partir do pensamento contracolonial. Contava com textos de autores do livro “Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento”, de organização de Ashih Kothari, Ariel Salleh e Arturo Escobar (2022).

E por fim, o quinto e último bloco, tratou de questões relacionadas ao biocentrismo e possibilidades de novos mundos com textos de Cavalcanti (1999) e Izidio (2022). Esses textos foram lidos e analisados a partir da pergunta: o que cabe ao design nesse processo de construção de novos mundos?

O resultado desse ciclo de estudos foi uma ampla leitura de textos contemporâneos que tratavam de questões relacionadas aos processos decoloniais e, sobretudo, contracoloniais, ampliando o campo de saber dos participantes e, principalmente, trazendo um arcabouço crítico que reverbera até hoje em nossas escritas, pesquisas e práticas de design.

Nossa proposta de leitura seguiu sempre orientada por questionamentos sobre como construir novas possibilidades a partir do design por meio de

uma abordagem contracolonial, aliada ao pensamento de Arturo Escobar, cientista social do pós-desenvolvimento que considera o design como um criador de mundos. Para o autor, por meio do design, criamos mundos em que vivemos e esses mundos, por sua vez, também nos projetam (Escobar, 2020).

Esse processo de cocriação acontece por meio de uma dimensão ontológica do design capaz de pensar novas maneiras de ver o mundo. Escobar (2020) considera que essa maneira de pensar e criar uma nova episteme faz parte de um movimento de subversão à ideia moderna de ciência, pois é possível se relacionar com o “fora”, construindo pensamento de fora dos ideais da modernidade, e ou de “dentro”, no sentido de subverter o pensamento por outras formas de pensar de dentro da própria modernidade, localizando essa episteme do design como “outros designs” ou “designs de outros modos”.

Nessa tendência do design, o pensamento volta-se para a vida e para como criar mundos. Esse é um processo que acontece de maneira relacional a partir de uma nova perspectiva de relação com o mundo e de outras formas de participação. Nesse sentido, o pensamento em design é construído e praticado por meio de uma epistemologia colaborativa, criando uma comunalidade (Escobar, 2020), ou seja, uma interdependência radical e relacional com uma nova possibilidade de ver a vida, pois é na relação e no encontro com o outro que as subjetividades são acionadas para a construção de algo comum.

Escobar (2020) demonstra que as ações de prefiguração de futuros a partir desse processo da comunalidade repensam os processos relacionados com o território, a economia, o extrativismo e o patriarcado. Considerar os aspectos relacionados ao processo contracolonial nesse contexto de uma episteme colaborativa e uma dimensão ontológica do design que surge da comunalidade traz consigo aspectos que repensam as estruturas de poder envolvidas nas pesquisas e práticas de design, principalmente no que diz respeito aos sujeitos de pesquisa e aos objetos de pesquisa. A proposta é pensar e praticar um design onde caibam vários mundos.

3. Design, Biopoder e formas de subjetivação, resquícios de uma vida colonial

Basicamente, o neoliberalismo propõe que o bem-estar humano pode ser melhor proporcionado se considerarmos o pensamento individual de vida, principalmente, em relação às estruturas institucionais caracterizadas por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar maneiras para garantir toda essa estrutura de forma apropriada para que essas práticas aconteçam (Harvey, 2012). Dessa

maneira, o capitalismo cognitivo, em conjunto com as ações neoliberais, cria, nos espaços sociais, sujeitos dóceis (próprios das sociedades disciplinares), porém, de maneira mais sutil e flexível.

O que percebemos é que com essa expropriação das redes de vida da maioria da população surgem novas maneiras de se agregar, trabalhar, criar sentido e inventar dispositivos de valorização e autovalorização. No entanto, o mesmo controle e consumo da vida podem ser utilizados como dispositivos de resistência, organização, mobilização num corpo social que reage e interage, a e com esse poder, produzindo, estimulando e sendo excitado pelo próprio Biopoder, mas criando biopolítica. O termo biopolítica foi forjado por Foucault (1979) para designar uma das modalidades de exercício do poder sobre a vida. Biopolítica designa, pois, essa entrada, domínio do poder, no corpo e da vida, bem como de seus mecanismos, fazendo do poder-saber um agente de transformação da vida humana.

Antônio Negri e Michael Hardt (2005) e outros teóricos propõem uma mudança no termo, não só semântica, mas também conceitual e política, passando a perceber a biopolítica não mais apenas como o poder sobre a vida, mas como potência da vida (Pelbart, 2011). Assim, a própria noção de vida deixa de ser definida apenas a partir dos processos biológicos que afetam a população. Ao deslocar-se de sua acepção predominantemente biológica, ganha uma amplitude inesperada e passa a ser redefinida como poder de afetar e ser afetado.

Sendo assim, as lutas passam a ser mais explícitas, para além do nível discursivo, possibilitando o desenvolvimento de novos espaços públicos e novas formas de comunidade, como argumenta bell hooks (2021). Essas novas possibilidades e novos mundos são criados a partir da nossa força de invenção. Todos inventamos no dia a dia, na densidade social da cidade, na conversa, nos costumes, no lazer e nas nossas relações. A invenção não é prerrogativa dos grandes gênios, nem monopólio das indústrias ou da ciência, ela é a potência do homem comum (Pelbart, 2011).

Individualmente, não conseguimos mudar muita coisa, pois as lutas são ao mesmo tempo econômicas, políticas e culturais, ou seja, é preciso mobilização política da população. O que é possível, enquanto indivíduo, é criar algumas prefigurações de novos futuros, ou seja, criar maneiras e meios para viver o que imaginamos.

O design com suas práticas contextuais e localizadas apresenta-se como um campo do saber de extrema relevância na configuração da imaginação desses novos futuros. Na medida em que se permite experimentar coletivamente, com participação, fazendo uso da criatividade, por processos

horizontais que possibilitam equidade no processo, favorecendo a utilização da força inventiva (Pelbart, 2011) como potência criativa e política.

Neste sentido de reapropriação ontológica das vidas outrora subjugadas pelo capitalismo cognitivo, observamos diversas formas de resistência, especialmente no âmbito da América Latina. Aqui, há uma ressalva de que o próprio conceito de América Latina será problematizado adiante. Mas, por ora, será útil para pensarmos uma série de alianças territoriais e condições de vida e, portanto, de criatividade, que propiciaram terreno fértil para a realização do contracolônizar, como considera Nêgo Bispo (2019), os processos de subjetivação do inconsciente, no regime colonial capitalístico, de modo que consigamos exercer nossa força vital com potência de vida. Ou seja, para a realização da prefiguração de futuros possíveis, não basta apenas subverter a ordem dos lugares destinados aos sujeitos dentro do sistema dominante e suas relações de poder, é preciso abandonar suas formas de construção de pensamento e suas políticas do desejo, inviabilizando, assim, a manutenção de um processo de sujeição da vida (Rolnik, 2018).

Nesse sentido, repensar os modos como nos constituímos enquanto seres criativos e, conseqüentemente, a maneira como exercemos essa criatividade biopolítica, seja por meio do design ou de outras formas de atuação, torna-se urgente em uma atuação contracolônial (Santos, 2019).

4. Para além do discurso da decolonialidade: superando as cooptações de conceitos

Enquanto sujeitos sociais, criativos e potentes no processo de resistência ao inconsciente colonial capitalístico que age sobre nossas vidas, ditando como nos relacionar com o mundo a partir de princípios do neoliberalismo, é importante identificar processos de cooptação de conceitos que se propõem libertadores, mas que por forças inconscientes do capital se tornam armadilhas para o processo de subjetivação e categorização.

Para entendermos o processo de categorização e/ou denominação é preciso compreender como o processo colonial se dá para que possamos imaginar novas alternativas a ele. Para pensarmos o processo de “desmanchar e criar novamente” (Santos, 2019, p.24) como um processo pedagógico de ser e estar no mundo de forma autônoma. Nêgo Bispo (Santos, 2019) considera que o processo de colonização é um processo histórico e não um fato, ou seja, ainda está acontecendo. Nesse sentido, não podemos desmanchar algo que ainda está sendo feito e, portanto, resta-nos, então, contracolônizar, impedi-los de fazer.

Ainda segundo o autor (Santos, 2019), umas das armas mais usadas pelos colonialistas é a denominação, ato de dar nome às coisas e pessoas. Esse

processo acontece por meio de um pensamento sintético, utilizando normalmente uma palavra morta, esvaziada de sentido ou totalizante, que busca enfraquecer. É, por exemplo, a denominação de que na academia se produz ciência e fora dela se produz o saber popular. Popular em relação a quê? Que popular seria este? Nesse sentido, Nêgo Bispo discute como a palavra popular se torna totalizante e vazia de sentido (Santos, 2019).

A questão da nomeação é reconhecida por Foucault (2010) como fundamental para o exercício do poder. No bojo da ciência moderna, muitos foram os teóricos que se dedicaram a tratar do poder nas relações. A antropóloga brasileira Aparecida Vilaça afirma que a relação antecede aos indivíduos. Para o antropólogo Roy Wagner, “a ideia de ‘relação’ é importante aqui, pois é mais apropriada à conciliação de duas entidades ou pontos de vistas equivalentes do que noções como ‘análise’ ou ‘exame’, com suas pretensões de objetividade absoluta” (Wagner, 2010, p. 29).

No campo do design, as reflexões sobre a decolonialidade e superação de mazelas do capitalismo advém especialmente de autores latino-americanos, no bojo das discussões pioneiras do grupo Modernidade-Colonialidade M/C, do qual Walter Mignolo foi um de seus fundadores.

O grupo Modernidade/Colonialidade estruturou-se por meio de vários seminários, diálogos paralelos e publicações. Um dos conceitos incorporados pelo M/C é o de “colonialidade do poder”, desenvolvido originalmente por Aníbal Quijano, sociólogo peruano, em 1988. Tal conceito traz uma constatação simples, a de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição formal do colonialismo (Lander, 2005). Esse se mantém infiltrado em formas subjacentes de dominação após o fim das administrações coloniais, principalmente devido à estrutura do sistema-mundo capitalista moderno/colonial deixada como herança.

No âmbito do design, tal herança pode ser entendida como a racionalidade projetual, o racionalismo e o funcionalismo que suspendem a expressão subjetiva, as peculiaridades locais em prol de um design universal e universalizante.

Com a pandemia da COVID-19, em 2020, os ecos da decolonialidade soaram mais fortes no campo do design no Brasil. Diversas iniciativas eclodiram no campo, críticas às mazelas do capitalismo e seus efeitos nefastos na pandemia e as possibilidades de diálogos amplificadas pelo contato virtual, exponencializado naquele momento. De lá para cá, eventos (II e III Colóquio de Pesquisa do Ceará; Colóquio Internacional de Design (2020); 70 SDS; 140 P&D, lives (Lives do LADA-ESDI; Design e Opressão), chamadas para publicações (Revistas VÍRUS, Arcos, Rchd, Revista Indisciplinar, Piseagrama), grupos de estudos (NIDA, LADA, humusidades, Design e Opressão, Indisciplinar)

mobilizaram pesquisadores que buscaram entender como o design pode se aprofundar e mesmo se deslocar do papel de apoiador do capitalismo cognitivo para o lugar de crítica e reinvenção.

Assim, associado a outras alternativas sistêmicas ao capitalismo e ao patriarcado, como as abordagens andinas sobre o bem viver (Acosta, 2016), Pacha Mama (Solón, 2019), questões de gênero, em uma perspectiva interseccional (Davis, 2016; Lugones, 2014), foram ganhando força.

O resultado disso é que de tanto acionadas, as categorias emancipatórias acabam por se esvaziar, sendo cooptadas discursivamente pelo capitalismo cognitivo. Silvia Rivera Cusicanqui (2022), antropóloga de origem aimará, situando-se na crítica decolonial, analisa criticamente o movimento modernidade-colonialidade, enfatizando o uso cooptado de categorias emancipatórias. A autora lança a ideia de inclusão condicionada, que nos ajuda a pensar processos participativos em design e as relações de poder por eles acionadas: a fim de incluir e cooptar, determinados níveis de inclusão e autonomia são concedidos às populações vulneráveis, a fim de que se sintam participantes. Contudo, aos papéis-chave, aos espaços onde as decisões de fato acontecem, não são facultadas a sua atuação.

No discurso contemporâneo do design, há uma série de conceitos que permeiam este processo de participação e relações, especialmente em vertentes do design que dialogam com grupos vulneráveis, ou que sejam vinculadas a um pensamento “social” - este mesmo um conceito bastante naturalizado e problemático. Tais conceitos, que são cheios de sentido, ou como diria Nêgo Bispo (2019), cheios de saber orgânico, ajudam-nos a pensar a resistência ao processo colonial em que ainda vivemos. Gostaríamos de debater sobre esses conceitos e como a força do inconsciente capitalístico foi, de certa maneira, cooptando-os e esvaziando-os de sentido.

4.1 Identidade

Nos moldes atuais do modo de operação do capitalismo, os processos identitários, ou seja, aspectos relativos a características que definem e diferenciam algo ou alguém, foram reduzidos a uma esfera individual e ao mesmo tempo universal, fazendo com que os indivíduos se reconheçam a partir de desígnios comandados e canalizados pelo sistema. Nesse sentido, processos de identificação coletivos, como, por exemplo, gênero, raça, família, entre outras categorização, passam a ser vistos como categorias que são incluídas no sistema como forma de aceitação ou inclusão dos indivíduos na sociedade. No entanto, segundo Rolnik (2018), essas categorias não são simplesmente instituições ou realidades anatômicas, mas autênticas tramas

feitas de afetos e percepções que escapam ao âmbito da consciência individual. (Rolnik, 2018).

Entendemos aqui esse processo de individualização e universalização dos sujeitos como sendo resquícios de uma colonialidade do ser que exerce poder sobre nós até os dias de hoje, enquanto sujeitos habitantes do sul global. Gómez Correal (2014), considera que o sentido de universalidade, que herdamos do Estado-nação, busca constituir o mundo monocêntrico, a partir de um modelo único de sociedade, partindo de uma ideia de totalidade onde todos somos iguais e de uma visão estrutural funcionalista onde todos podemos ocupar os lugares de poder. Essas categorias de nomeação agem como uma abordagem reducionista da realidade. (Gómez Correal, 2014).

Esse processo de aglutinação identitária, partindo da ideia de universalização pelo individual, por assimilação de estilo de vida ou apenas pelo modo de existência, não leva em consideração os processos de produção de subjetividade. Nesse sentido, a dissociação da subjetividade da esfera individual faz com que o desejo de pertencimento passe a ser um agente reativo na construção de mundos mais inclusivos e equiparados, deixando o caminho aberto para ações do conservadorismo próprio do sistema neoliberal (Rolnik, 2019).

Um exemplo desse processo é a criação de novas categorias ou o aceite de determinados grupos para que estes sintam-se incluídos nos processos instituídos. É o caso do “casamento gay”, união civil judicial de duas pessoas do mesmo sexo. A inclusão dessa nova possibilidade de união só se tornou possível à medida que essa diferença impactou nas estruturas do sistema. Mediante isso, o sistema então passa a incluir a existência dessas pessoas que sempre foram negadas. Ou seja, você é universalizado e incluído desde que se molde a uma estrutura já existente que, no caso, é a instituição do casamento.

Problematizar o processo de universalização de denominadores identitários e de inclusão de diferenças que sempre foram negadas e passam a ser permitidas faz com que pensemos como construir novas estruturas de organização social e políticas para as lutas e transformações que nos reconheçam como sujeitos coletivos e capazes de serem constituídos por subjetividades outras.

Reconhecer as diferentes posições dos sujeitos por uma via coletiva e a partir do entendimento de que é por meio da subjetividade que nos relacionamos com o outro e percebemos o mundo a partir dessa relação, construindo assim nossos modos de existência. Por isso, buscar uma reapropriação do individual a partir de uma construção da subjetividade resulta em um desvio coletivo, dos abusos exercidos pelo sistema, para uma direção rumo

ao fortalecimento de uma existência do comum. Essa construção passa pela percepção da diferença, ou seja, vê-la, reconhecê-la, olhá-la e radicalizar na possibilidade de sua existência para que seja possível construir caminhos para além das categorias identitárias de igualdade e universalidade.

4.2 Decolonial-decolonialidade

Para falar sobre o processo de cooptação do termo decolonial, precisamos fazer referência ao conceito colonialidade do poder (Quijano, 2002) que trata da forma de dominação do branco, europeu e do capital em torno de elementos como raça, trabalho, espaço e pessoa, além de como esse processo se mantém após os processos de independência e descolonização (op.cit.). Esse conceito é chave no processo de construção do termo decolonial, visto que esse termo busca reconhecer as deficiências dos projetos modernos e as consequências de suas contrapartidas.

A autora Diana Gómez Correal (2014), acerca do termo, diz que o decolonial reconhece a diferença colonial como um espaço epistemológico e político central. Esse processo faria ser possível uma transformação subversiva vinda dos sujeitos negados pelo poder vigente. No entanto, Gómez Correal (2014) considera que uma das potencialidades da decolonialidade é a possibilidade de dismantlar as posições eurocêntricas que continuam atuando de diversas maneiras, além da possibilidade de trazer à tona o que ela chama de “diferença colonial”, porém isso só seria possível diante da superação da separação existente entre algumas categorias, entre elas, raça, gênero, classe, sexualidade e a própria colonialidade do poder.

A respeito da superação da separação das categorias citadas por Gómez Correal, percebemos que ainda existe uma lacuna na proposta de decolonialidade de Quijano (2002), ou seja, é possível localizarmos o processo de cooptação do termo na medida em que, segundo Gómez Correal (2014), Quijano (2002), ao falar sobre decolonialidade, considera em suas análises a união das categorias raça, gênero, classe e sexualidade, dando a entender que os sujeitos pertencentes a elas teriam condições iguais de acessar o poder. No entanto, Gómez Correal (2014) diz que não podemos desconsiderar que mulheres colonizadas e não brancas, na maioria das vezes, são destituídas da possibilidade de acesso ao poder. Sendo assim, faz-se necessário que, ao falarmos sobre o processo decolonial, exista uma separação de categorias que limitam o acesso ao poder. Caso contrário, aceitaremos a concepção de gênero moderno/colonial, baseada em um diformismo biológico, e um processo dicotômico masculino/feminino, heterossexual e patriarcal (Lugones, 2014) deixando-se o conceito ser cooptado pelos processos da colonialidade, capitalista e eurocêntrica.

A construção de uma agenda decolonial que seja resistente aos processos de cooptação perpassa pelo diálogo entre os múltiplos sujeitos que vivenciaram o colonialismo e a colonialidade do poder, para construir alternativas a partir de visões de mundo. Incluir nessa possibilidade de futuro a raça no centro do debate implica reconhecer que todos somos racializados. Precisamos compreender a organização social para tornar visível nossa colaboração com uma violência de gênero.

Desenvolver um olhar crítico sobre o que produzimos de conhecimento, sobre as estruturas de dominação que ainda mantemos ou criamos, sobre a maneira como nos organizamos enquanto sociedade, sobre nossos modelos econômicos, sobre a maneira como nos relacionamos com a natureza, a diversidade e a espiritualidade é necessário para que possamos descolonizar a nossa própria maneira de exercer o processo decolonial.

4.3 América Latina

A união dos processos de colonialidade do poder e cooptação da identidade são fatores que influenciaram no processo de nomeação do termo América Latina, pois é do ponto de vista do invasor/colonizador que nasce o termo. E com ele as noções de “índio”, “descoberta” e “nascimento” de um novo mundo, o que pressupõe que antes da invasão essas terras eram desabitadas (Muyolema, 2001).

É a partir de um sistema de percepção, representação e avaliação que os habitantes de tal terra foram genericamente chamados de “índios”. Esse processo fixa a imagem cultural e a subordinação de suas diferenças impactando, conseqüentemente, em suas identidades e subjetividades.

Nesse sentido, é importante pensarmos criticamente sobre o termo América Latina que tem sido utilizado cada vez mais no campo do design para se referir a um conjunto de ideias, saberes e fazeres, criando uma identidade a respeito do pensamento do design no sul global. A reflexão aqui é sobre como os processos de nomeação também determinam um lugar constante de luta e busca por representação, como diz Muyolema (2001). O ato de se tornar um conquistador-narrador das coisas é parte de uma disputa de representação de mundo que tem sido travada desde o momento da invasão, na arena simbólica da linguagem e das lutas políticas. Portanto, o que antes era América e hoje é América Latina é resultado dessa política de nomeação e lutas imperiais pela hegemonia política e cultural (Muyolema, 2001).

Leopoldo Zea (1997), filósofo mexicano, considera que a América Latina é mais do que uma ideia; ela representa um conjunto de ideais, ações e representações do mundo que, inter-relacionados, incorporam um projeto cultural de longa data, formulado em termos de uma luta travada em duas

frentes: em confronto com a expansão cultural anglo-saxônica e, internamente, como uma continuação do projeto “civilizatório” herdado da colônia em relação aos povos originais. Projeto esse, baseado na exclusão em nome de uma identidade em formação, o que é inviabilizado e silenciado, é o índio que passa a ser visto como um objeto de redenção por meio de um ato sacrificial de destruição de sua cultura, de seu processo civilizatório.

A partir de então a “questão indígena” passa a ser um núcleo ideológico hegemônico que articula historicamente um amplo espectro de reflexões, debates e ações que buscam recriações estéticas e soluções políticas a partir de iniciativas externas aos próprios povos indígenas (Muyolema, 2001). Nesse sentido, a América Latina incorpora um projeto de matriz colonial com estratégias simbólicas e políticas de certas tendências do indigenismo, que é uma ideologia política, cultural e antropológica voltada para o estudo e a valorização das culturas indígenas e o questionamento dos mecanismos de discriminação e etnocentrismo em detrimento dos povos indígenas. Ou seja, uma ideia homogeneizadora que subtrai a autonomia e relativiza a especificidade e o caráter militante dos indígenas, principalmente a partir da ideia da mestiçagem e da ideia de que a partir dessa assimilação o homem latino-americano pode estabelecer a unidade necessária de seu ser.

Segundo Quijano (1988), a negação e a ruptura íntima com o “indígena” funcionam como produto para uma colonização do imaginário. Uma vez que a forma da racionalidade ocidental foi convertida em um sistema normativo, levou os povos colonizados à degradação de assumir como sua a própria imagem que não era mais do que um reflexo da visão europeia do mundo, bem como sua carga de conceitos, preconceitos e idiosincrasias referentes a si mesmos e ao resto do mundo.

O projeto cultural incorporado pela América Latina, diante de seus processos políticos e culturais internos, apresenta processos contraditórios, a saber:

a) os legados coloniais e as conseqüentes relações de saber/poder historicamente definem uma situação de colonialidade que se manifesta na continuidade de preconceitos raciais, evolucionismo e sonhos nacionalistas.

b) o desejo de modernização no estilo europeu. Ao operar na interioridade do imaginário colonizado, a cultura europeia tornou-se uma sedução, pois deu acesso ao poder. A repressão e a sedução funcionam como duas estratégias de poder e controle do imaginário. A ideologia da mestiçagem sucumbiu a essa sedução e transformou a cultura europeia e seus sistemas de representação do mundo em uma aspiração, operando, por outro lado, como um horizonte cultural a ser desejado por aqueles que não afirmam ser mestiços.

c) a crescente emergência política da esmagadora maioria de uma população minoritária e vulnerabilizada submetida ao colonialismo. Esse processo opera sob o princípio da inclusão abstrata e exclusão concreta do índio: os índios do passado importam como ancestrais, mas, como vimos antes, os índios do presente devem ser convertidos, incorporados e assimilados à nação; espera-se uma transfiguração da autoconsciência para proclamar: “eu sou mestiço”!

A partir desse modo de percepção e representação, as narrativas históricas descrevem os indígenas como palcos do passado. O reconhecimento liberal da diferença implica também uma desapropriação: a da substância. Ou seja, é como se por estar localizado no passado os saberes indígenas não são capazes de trazer novidades ou modernidade para o mundo contemporâneo, eles são esvaziados da sua substância de conhecimento e sabedoria.

De outra perspectiva, se pensássemos em formas alternativas de representar e imaginar o mundo, teríamos não apenas de procurar ruínas, mas também produzir esse modo de pensar. Uma tentativa séria implicaria o uso de novos códigos e linguagens provenientes de tradições e horizontes culturais e civilizacionais, também alternativos.

Segundo Muyoema (2001) recuperar o nome Abya Yala[1], que na língua cuna significa “terra em plena maturidade”, traz um posicionamento tanto político como de enunciação, na experiência histórica e nas sensibilidades a partir das quais as organizações indígenas que adotaram o termo pensam e agem. Pressionar as fronteiras étnicas atribuídas e reconhecidas nos convida a pensar a existência de particularidades que se cruzam e lutam pela hegemonia. Sendo assim, trazer a reflexão sobre como utilizamos os termos e muitas vezes contribuimos para o esvaziamento do seu sentido é importante para que nosso discurso possa ser posicionado diante do mundo.

Para o campo do design, refletir criticamente sobre a maneira como escrevemos e construímos nosso conhecimento, dentro dessa perspectiva contemporânea, pode ser um processo radical de contracolonizar e criar estratégias de repensar a maneira como criamos mundos (Escobar, 2020). Esse exercício de pensar e representar o mundo perpassa pelo uso e desenvolvimento de novos códigos culturais, sistemas de conceituação e representação de mundo, organização social e relação com o mundo, a partir de princípios radicalmente diferentes e que possam expressar nossa subjetividade Abya Yala.

4.4 Democracia

A democracia é um conceito ocidentalizado, emprestado da cultura e da língua gregas, que foi incorporado à civilização ocidental. Assim, “democracia”

é uma das muitas palavras que propõem uma visão de vida social-comunitária plena e harmoniosa, cujo objetivo é o bem-estar e a paz, mas que diferem em sotaques, prioridades e meios para atingir os fins (Mignolo, 2014). Nesse sentido, pensamos ser importante o uso crítico do termo para que possa ser utilizado como meio e não como fim, sendo que a universalização desse conceito pode inviabilizar outras realidades que podem ser descartadas em prol de uma democracia no sentido de igualdade para todos como, por exemplo, a transição para o bem viver na Bolívia (Acosta, 2016).

Isto porque atualmente o termo democracia tem sido utilizado na suposição de que a palavra traz dentro em si a proposta de presentes e futuros justos, onde as pessoas não se expropriam e onde as pessoas não se aproveitam umas das outras. Fazer o uso crítico do termo perpassa pelo entendimento de o pressuposto de que o meio para uma vida plena, justa e harmoniosa seja a democracia e que o fim, ou seja, o ideal de vida plena, justa e harmoniosa é justamente sinônimo e só pode ser alcançado por meio da democracia.

Falamos aqui especificamente do uso do conceito democracia ligado aos aspectos liberais que traz consigo a ilusão delirante de que em comparação aos países desenvolvidos o resto do mundo poderia ser economicamente desenvolvido e politicamente democrático, enquanto a percepção que temos é a que os Estados industrializados e economicamente fortes só se tornaram possíveis pela exploração e controle do resto do mundo. Ao dissociar a democracia como meio e a democracia como fim, libertarmos do pressuposto de que o meio para uma vida plena, justa e harmoniosa é a democracia e que o fim – o ideal de vida plena, justa e harmoniosa – é sinônimo e só pode ser alcançado pela democracia.

A democracia liberal quando se alia aos processos neoliberais enfatiza a liberdade individual ao lado do crescimento econômico do Estado-nação, Rolnik (2018) categoriza esse processo como sendo o inconsciente colonial capitalístico, uma força política que exerce o abuso sobre a vida, criando maneiras de cooptação da vitalidade aos meios do capital (Rolnik, 2018). É justamente o que acontece quando utilizamos o termo democracia de forma acrítica. É preciso dissociar e distinguir seu significado estreito (democracia individual) de seu significado metafórico (ordem comunal-social harmoniosa). Cria-se assim uma maneira de insurgir-se a essa força inconsciente colonial capitalista para que possamos consolidar um deslocamento qualitativo do princípio que rege este sistema de cooptação (Rolnik, 2018).

O intuito do uso crítico do termo democracia não surge como maneira de rejeitá-lo, mas sim, desuniversalizá-lo para possibilitar que propostas equivalentes surjam para que modos de vida, linguagens e tradições possam ser honradas e não apagadas como uma justificativa para a expansão

imperial. O desafio nesse cenário é lidar com as forças invisíveis do processo de cooptação, que cria uma desconexão democrática dos cidadãos com as instituições e, ao mesmo tempo, incentivar a participação ativa dos cidadãos em um momento em que a maior mobilidade facilita a saída, especialmente para os mais jovens e mais escolarizados.

Um caminho possível para repensar o conceito de democracia consiste na retirada das espessas camadas de senso comum que a consomem sem refletir sobre o que ela carrega consigo os traços da colonialidade. Chantal Mouffe (2005), cientista política belga, pós-marxista, considera que a principal questão relacionada ao processo crítico da democracia é o entendimento de que os processos democráticos são constituídos no campo social e este é feito pelas relações de poder e, portanto, condicionada a um “nós” e a um “eles”.

Dessa maneira, a questão da democracia não está na retirada do poder, homogeneizando ou universalizando as questões, mas como constituir formas de poder mais compatíveis com os valores democráticos. O uso crítico do termo democracia não busca uma superação entre a oposição, mas a novidade está em estabelecer um novo caminho entre essas relações de poder mais compatíveis com a democracia, uma postura agonística (Mouffe, 2005).

Entendemos como postura agonística uma perspectiva pluralista, que revela a impossibilidade de estabelecer um consenso sem exclusão. Nesse sentido, uma democracia agonística reconhece os limites reais das fronteiras e as formas de exclusão que determinadas categorias criam. No entanto, elas não são disfarçadas sob o véu da moralidade e racionalidade. Assim, ao entender as naturezas hegemônicas das relações sociais, busca-se subverter a tentação de neutralização das relações de poder (Mouffe, 2005).

4.5 Sustentabilidade

O pensamento contracolonial de Nêgo Bispo (Santos, 2019) tem sido um caminho teórico e uma prática fundamental para o pensamento crítico a respeito da complexidade da significação das ações de design na contemporaneidade. Diante disso, fazer uma crítica reflexiva sobre a sustentabilidade, categoria de nomeação tão explorada e esvaziada em seu sentido, é de suma importância para o campo de conhecimento do design. Por bastante tempo as questões que envolvem a sustentabilidade foram tratadas a partir do viés do desenvolvimento sustentável, baseado na ideia de equilíbrio entre o progresso da sociedade, a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento da economia.

Carlo Vezzoli, designer e referência no estudo em sustentabilidade no campo do design, afirma que o cerne de um ideal sustentável está entre a

qualidade de vida de um indivíduo e a questão social, econômica e ambiental, das futuras gerações. Ou seja, refere-se à questão do valor que é atribuído às próximas gerações e dos limites e impactos do nosso sistema de produção e consumo. O autor considera ainda que é urgente pensarmos novos paradigmas de crescimento, além de criar meios de promoção de um bem-estar que não seja baseado em uma acumulação de materiais ou riqueza. Assim, estaremos alcançando “a plena satisfação das necessidades e desejos do ser humano, através de soluções harmônicas com os limites do meio ambiente” (Vezzoli, 2018).

Dessa maneira, o design, sobretudo, tem há algum tempo se debruçado em desenvolver teoria e prática que contemple essa possibilidade. No entanto, essa produção, em sua maioria, trata do tema sem fazer sequer uma crítica ao sistema capitalista que gera e mantém os impactos, causando insustentabilidades que já podem ser consideradas irreversíveis ao meio ambiente.

Bruno Latour, antropólogo, sociólogo e filósofo francês, considera que o impacto energético tem tornado a terra sensível à nossa ação e que estamos nos tornando geológicos com relação à terra (Latour, 2020). A esse fator de possibilidade de mudança geológica a partir das ações humanas deu-se o nome de antropoceno (Mendes, 2020). O antropocentrismo é uma herança moderna da separação entre homem e natureza. Esse pensamento social tem direcionado nossas ações até hoje, criando e instaurando separações raciais, coloniais, disciplinares (Noronha e Furtado, 2021), além da manutenção das dicotomias da modernidade. Ao dialogar com essa proposta de se ter o humano no centro dos processos, favorecemos a (in)sustentabilidade e o (des)envolvimento que comumente povoam as práticas de design.

Pensar criticamente a respeito dos processos sustentáveis faz com que seja possível criarmos relações a partir do redirecionamento na figura do homem no centro para colocarmos a vida no centro. O biocentrismo aciona outras formas de se fazer design, nos quais as intersubjetividades são expandidas. Torna-se possível desenvolver novas maneiras de criar fluxos de imagens, de informação, de conhecimentos e de serviços onde as maneiras de viver tenham a vida e as suas subjetividades como centro.

5 Considerações Finais

Viver em um planeta em colapso requer que pensemos em outras formas de reconstruí-lo. O design, enquanto campo disciplinar que produz a feição material deste mundo, é responsável por sua própria revisão epistemológica no que diz respeito a não ser um mero repetidor do discurso colonial capitalístico, descrito anteriormente por Rolnik (2018).

No âmbito de novas relações que precisamos estabelecer para regenerar o planeta, devemos nos atentar para outras formas de parcerias e parentesco. Ainda que não seja o objeto de análise deste artigo, esta perspectiva nos interessa porque justifica nosso percurso até aqui. É necessário decolonizar nossas práticas discursivas e projetuais no campo do design, para fazer novas alianças.

O ciclo de estudos colonial**contr**colonial foi um momento formativo importante no NIDA e para instituições parceiras por oferecer debate qualificado sobre temas emergentes e a construção de pensamento crítico sobre o design na contemporaneidade. Em média, participaram dez pessoas por sessão. Em um ponto de vista micropolítico, como propõem Rolnik (2018) e Pelbart (2011), bem como Foucault (1979), realizamos um processo de regeneração de nossos pensamentos de forma situada, pensando, com os autores e autoras lidos nos estudos, sobre como superar as armadilhas epistemológicas nos projetos de pesquisa e ações extensionistas por nós desenvolvidos.

Assim, fazemos circular as principais sínteses teóricas dos debates travados no colonial**contr**colonial, a fim de ampliarmos o alcance das discussões.

Referências

ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

BENTES, Ivana. *O devir estético do capitalismo cognitivo*. XVI COMPÓS: Curitiba/PR, 2007. GT - Estéticas da Comunicação. Curitiba: Compós, 2007.

CAVALCANTE, Ruth (Org.). *Educação Biocêntrica: um movimento de construção dialógica*. Fortaleza, 1999.

COCCO, G. *Korpobraz: por uma política dos corpos*. (1a Ed). Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.

DEL GAUDIO, C; NORONHA, R. A closer look. Carleton University. *Gendered design in STEAM Bulletin*. ISSUE SIX, July, 2021, pp 11-13

ESCOBAR, A. *Contra o terricídio*. Traduzido por Maria Cristina Ibarra. <https://www.n-1edicoes.org/textos/190>. [Acesso em: 3 mar. 2021]. 2020.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. São Paulo: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. São Paulo: Edições Graal, 1979.

GÓMEZ CORREAL, D. M. G.. Feminismo y modernidad/colonialidad: entre retos de mundos posibles y otras palabras. In: *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala* / Editoras: Yuderlys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz – Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

hooks, b. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. Tradução Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021. 300p.

HARDT, M; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na Era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005. 530 p

HARVEY, D. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

IZIDIO, L. C. L. *Design e democracia: ferramentas para prática cidadã*. / Luiz Claudio Lagares Izidio. Orientadora: Prof.a Dra Rita Aparecida da Conceição Ribeiro. Tese (doutorado) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Design. – 2021. 213 f.

IZIDIO, L. C. L. Design e democracia: análise metodológica para uma prática democrática de design participativo. In: *Anais do 14º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design*. vol. 10 num. 5. Dezembro 2022.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação* – Episódios de racismo cotidiano / Grada Kilomb; tradução Jess Oliveira- 1ª ed. – Rio de Janeiro : Cobógo, 2019. 248p.

KOTHARI, A.; SALLEH, A.; ESCOBAR, A. *Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento* / Ashih Kothari ... [et. al]; Tradução de Isabela Victoria Eleonora. São Paulo: Elefante, 2021. 576p

LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Vale do Cauca: CLACSO, 2005.

LATOUR, B. *Diante de Gaia. Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Ubu Editora, 2020.

- LUGONES, Maria. Colonialidade y género. In: **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala** / Editoras: Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz – Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.
- MARTIN, N. **Escute as feras**. Tradução de Camila Vargas Boldrini e Daniel Lühamann – São Paulo: Editora 34, 2021.
- MENDES, J. **O “Antropoceno” por Paul Crutzen & Eugene Stoermer**. *Anthropocena. Revista De Estudos Do Antropoceno e Ecocrítica*, 1, 2020. <https://doi.org/10.21814/anthropocena.3095>
- MIGNOLO, W. D. Democracia liberal, camino de la autoridad humana y transición al vivir bien. **Revista sociedade e Estado**, volume 29, numero 1 – Janeiro/abril 2014.
- MOTA NETO, J. C. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda** / João Colares da Mota Neto. Curitiba: CRV, 2016.
- MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 25, p. 11–23, nov. 2005.
- MOUFFE, C. Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism. In C. Neuhold (Ed.). **Working papers**. Department of Political Science, Institute for Advanced Studies (IHS). 2000.
- MUYOLEMA, A. De la “cuestión indígena” a lo “indígena” como cuestionamiento. Hacia una crítica del latinoamericanismo, el indigenismo y el mestiz(o)aje* In: Rodríguez, Ileana, ed. **Convergencia de tiempos: estudios subalternos/contextos latinoamericanos estado, cultura, subalternidad**. Amsterdam; Atlanta: Rodopi, 2001.
- NORONHA, R. The collaborative turn: challenges and limits on the construction of the common plan and on autonomía in design. In: **Strategic Design Research Journal**, Unisinos, (vol. 11, n. 2, p. 125-135, May-August). 2018.
- NORONHA, R.; FURTADO, P. Designs do por vir: vida, movimento e corporeidade. **Anais do VII Simpósio de Design Sustentável**. p.10-20. Curitiba: UFPR, 2021. Disponível em: <https://eventos.ufpr.br/sds/sds/paper/view/4570/1060>

- RIVERA CUSICANQUI, S. *Ch'ixinakax utxiwa*: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores. São Paulo: N-1 Editora, 2022.
- ROTHER, E. T. **Editorial**. Acta paul. enferm. 20 (2), Jun 2007. Acesso em 22 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt>
- PELBERT, P. P. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. 1ed – 2 reimpresão, São Paulo: Iluminuras, 2011.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, globalización y democracia. *Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Nuevo León*. Año 4, (7-8): 58-90. 2001-2002
- QUIJANO, Anibal. *Modernidad, identidad y utopía en América Latina*. Lima: Sociedad política editores, 1988.
- ROLNIK, Suely. Uma insólita viagem à subjetividade: fronteiras com a ética e a cultura. In: LINS, Daniel, S. (org.). *Cultura e subjetividade: saberes nômades*. Campinas: Papyrus. 1997.
- ROLNIK, S. *Esferas da insurreição. Notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- SAID, E. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.
- SANTOS, A. B. dos. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. In A. Oliva et al. (Orgs.). *Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal*. São Paulo: Autêntica Editora, 2019.
- SOLÓN, P. (org.) *Alternativas Sistêmicas. Bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. São Paulo: Elefante, 2019. 224p.
- VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. Traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- VEZZOLI, C. et al. *Sistema produto + serviço sustentável: fundamentos*. Curitiba: Insight, 2018.
- WAGNER, R. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WRIGHT MILLS, C. O homem no centro: o designer. In: ***Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

ZEA, L. El mestizaje como utopía. ***Cuadernos Americanos*** 61/1. México (enero-febrero), 1997.

Como referenciar

IZIDIO, Luiz Claudio Lagares; NORONHA, Raquel Gomes; FARIAS, Luiza Gomes Duarte; FERREIRA, Gabriela Ramos. Contranarrativas epistemológicas no campo do design: reflexões do ciclo de estudos colonialcontracolonial. **Arcos Design**, Rio de Janeiro, v.17,n.2,pp.159-183, jul./2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>.

DOI: <https://www.doi.org/10.12957/arcosdesign.2024.81499>



A revista **Arcos Design** está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual 4.0 Não Adaptada.

Recebido em 23/01/2024 | Aceito em 09/05/2024